

Por uma língua feminista: uma breve reflexão sobre o sexismo linguístico

Davi Silva Gonçalves¹

RESUMO

O que se propõe aqui é estabelecer uma discussão acerca do sexismo linguístico através de um debate sobre alguns exemplos encontrados na língua portuguesa. A partir disso, tento elaborar uma breve reflexão acerca da problemática delimitação de barreiras descritivas entre as distintas palavras sexo e gênero dentro da língua. Assim, o objetivo é compreender de que forma o preconceito sexista se apresenta neste contexto linguístico e como ele poderia ser evitado. Como resultado, ao tangenciar essa relação entre a língua que falamos e o sexismo que praticamos reafirmo a importância de trazermos esse tema à tona.

Palavras-Chave: Sexismo. Linguístico. Língua portuguesa. Feminismo.

No dia que for possível à mulher amar-se em sua força e não em sua fraqueza; não para fugir de si mesma, mas para se encontrar; não para se renunciar, mas para se afirmar, nesse dia então o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal (Simone de Beauvoir, *Todos os homens são mortais*, 1946, p. 318).

INTRODUÇÃO: DESNATURALIZANDO A LÍNGUA

Este ensaio observa, em primeiro lugar, questões relativas ao uso e à forma como, tradicionalmente, o gênero masculino/feminino tem sido trabalhado (isto é, vem sendo deixado de lado) naquilo que tange às discussões inerentes ao sexismo que acompanha a língua portuguesa. Por meio de uma breve retomada histórica, ou melhor, de um recorte de minha compreensão de como a língua foi se desenvolvendo passo a passo, até o dado momento, a intenção primária é a de avaliar este tema em paralelo com preocupações que se manifestam mais propriamente na atualidade, dentro dos conceitos que englobam a linguagem. Quais são as incoerências encontradas na forma de tratamento deste conteúdo nas gramáticas tradicionais? O que pode ser feito para que as confusões existentes entre os termos sexo/gênero desapareçam? Quais as consequências dos traços históricos que este tema traz consigo? O que há de negativo nas “cicatrices” de um passado machista, desigual e sexista? E o que

¹ Doutor na área de Teoria, Crítica e História da Tradução na pela Universidade Federal de Santa Catarina.

pode ser feito para que esta delicada ramificação gramatical esteja, enfim, de acordo com a sociedade contemporânea que a reproduz? Essas são muitas questões; e meu objetivo é, portanto, destacá-las para então manifestar a relevância de refletirmos acerca do tema.

É importante sempre ter em mente que o meio social está sofrendo mutações ininterruptamente, e que as relações e comportamentos humanos também não são sempre os mesmos. A sociedade está constantemente modificando seus hábitos, costumes e suas crenças teoricamente pré-determinadas – que acabam não sendo tão pré-determinadas assim. Com isso, é de suma necessidade existir, inevitavelmente, uma adaptação na conduta do ser humano, para que ele possa acompanhar as modificações das estruturas sociais nas quais se insere. Mesmo que, em grande parte, optemos por tentar evitar essa modificação e adaptação, acabamos, de modo inconsciente, reestruturando nosso pensar interno, de qualquer forma. Assuntos que dizem respeito às grandes alterações no papel da mulher, aos consideráveis avanços que essas alcançaram, quando passaram a ocupar um espaço que antes era exclusividade dos homens, têm gerado muita repercussão até os dias de hoje. Não faz muito tempo que o sexo feminino era tido como inferior, e essa ideia de que ser homem ou ser mulher seria o suficiente para determinar, de certa forma, o papel de um sujeito, seus direitos e seus deveres, até que vinha sendo tida como “natural” – me pergunto, inclusive, se não deveria utilizar esses verbos no presente.

É óbvio, aqui, que a palavra “natural” deve aparecer entre aspas, afinal essa inferioridade foi naturalizada devido a uma tradição heteronormativa, cuja agenda primária tem sido a manutenção de nossos preconceitos e limitações que nos impedem de ver o óbvio. Entretanto, e como aqui já foi dito, a sociedade está sempre sofrendo mudanças, e isso não deixou de acontecer com o comportamento de homens e mulheres diante deste delicado tema. Óbvio é, principalmente naquilo que concerne à perspectiva das últimas; já que nós, homens, continuamos sendo machistas por excelência. Hoje, já não se pode ignorar todas as injustiças cometidas contra as mulheres, nem o quanto o machismo esteve presente em diversas e distintas situações históricas e sociais – nas quais o envolvimento da mulher foi sucessivas vezes depreciado, bem como sua voz silenciada. Pode-se dizer, todavia, que, apesar de hoje termos ciência dessas questões, ainda carecemos de medidas suficientes para alcançarmos uma sociedade mais igualitária nesse sentido. Mesmo sendo conhecedores dessa existência de comportamentos injustos e parciais na relação homem/mulher, este conhecimento ainda não foi capaz de mitigá-los. É assim que chegamos ao cerne de minha discussão: o âmbito linguístico.

No Brasil, desde que o homem é homem e a mulher é mulher, a relação entre eles foi uma relação de poder; a qual, por sinal, tem passado por profundas alterações – no que tange à gradativa conquista de alguns direitos por parte das mulheres e a destituição de alguns dos privilégios antigamente comuns aos homens. Nosso idioma, entretanto, continua sendo basicamente o mesmo no que toca essas diferenças. Nele, os traços que trazem essa prevalência do masculino permanecem, e é justamente acerca deles que é fundado grande parte desse estudo. Afinal de contas, sabe-se muito bem que a língua deve ser compreendida como um reflexo da sociedade e vice-versa – é impossível que uma se transforme sem que a outra também participe do processo. O que se propõe aqui, dessa forma, coerente com o projeto de tentar elaborar ideias mais incisivas para que não haja mais tanta dificuldade na delimitação de barreiras descritivas entre as distintas palavras sexo e gênero. Também, é preciso compreender porque se defende que o preconceito sexista se apresenta neste contexto, e como ele

poderia ser evitado. Por fim, meu propósito ao tangenciar toda essa problemática relação entre a língua que falamos e o sexismo que praticamos visa apenas reafirmar a importância de trazermos esse tema à tona quando nos comunicamos. A força das palavras emerge justamente quando aqueles que as pronunciam não estão cientes dela.

1 MULHER COMO FLEXÃO DE HOMEM

Há, quando se trabalha com a categoria de gênero dentro de gramáticas tradicionais, diversas contradições. Principalmente, talvez, pelo fato de que os autores destas gramáticas insistem em tentar transmitir teorias relacionando diretamente o sexo ao gênero gramatical. Na maioria das vezes encontram-se, em tais gramáticas, teorias que consideram gênero sob o aspecto natural, denotando gênero e sexo como sendo praticamente a mesma coisa. Existe uma correspondência direta entre estes dois diferentes aspectos, feita pelos autores, ignorando-se a natureza liquefeita de tal questão. Não existe uma maior preocupação com relação ao fato da maioria dos nomes ser “assexuada”, atribuindo-se a eles, como regra geral, essas relações entre sexos masculino e feminino. Algumas gramáticas, então, afirmam que em português existem dois grupos de palavras que dizem respeito ao gênero, e são elas: masculino e feminino. Alguns substantivos se classificam como masculinos (exemplo: garoto, macaco, pasto, etc.) e, a partir disso, os adjetivos que concordam com esses termos também são classificados como masculino (garoto bonito, macaco peludo, pasto molhado). Adjetivos que se enquadram na esfera do sexo feminino (exemplo: sapeca, cansada, esperta) são colocados como classificadores de substantivos femininos (gata sapeca, menina cansada, aluna esperta).

Tendo este padrão claro e, em tese, objetivo, “pregado” pelas gramáticas tradicionais, o estudo de gênero aparenta ser extremamente simples; e deve-se realizar uma breve retomada histórica para entender, da melhor forma possível, de onde vieram essas noções. O latim clássico comportava cinco declinações, que passaram a ser três no latim vulgar, até se tornarem duas, após a extinção do neutro. Esta redução foi ocorrendo com o passar do tempo, também quanto aos casos, em razão de confusões existentes dentre algumas das declinações e incompreensões a respeito de aspectos determinantes de suas diferenças. Nas estruturas de idiomas provenientes do latim, o caso nominativo predominou em algumas ocasiões. Em outras, o caso que prevaleceu foi o acusativo, como no português. Assim brota, portanto, a existência de dois distintos gêneros para palavras da língua portuguesa, que são o masculino e o feminino. E, apesar disso, já apareceram e continuam aparecendo mais e mais ideias e teorias, não só por parte das gramáticas tradicionais como também de muitos educadores, as quais persistem em afirmar que essa variação entre masculino e feminino ocorre por meio de flexão.

Essa associação do gênero ao sexo além de indevida é prejudicial, e, apesar disso, fica bem marcada nas gramáticas tradicionais. “Mulher é sempre feminino, ao passo que outro substantivo, a ele semanticamente relacionado – homem – é sempre do gênero masculino” (CÂMARA JUNIOR, 1970, p. 89). A palavra “mulher”, entretanto não precisa ser entendida como a forma feminina de “homem”. Dizer que mulher não passa de uma variação (a feminina) de homem é colocar o sexo masculino em condição privilegiada neste caso, como em tantos outros. O que, além de incorreto gramaticalmente, é também uma atitude sexista. Se, para obter o feminino é preciso flexionar o masculino, para obter “mulher” seria necessário flexionar “homem” – processo que nos lembra a criação de Eva, advinda

da costela de Adão. Em ambos os casos, o representante do sexo masculino surge primeiro e serve de matéria para o aparecimento da segunda – a qual nada mais seria do que uma versão “incompleta” do seu antecessor. Desde Eva como costela de Adão (ideia de Deus, supostamente) até o clitóris como uma má formação do pênis (agora de Freud) vemos um contínuo histórico de machismo, e de nada além dele. A lógica da fêmea como outro, como má formação, como versão menor de algo maior, como substrato. Equívoco sexista que não deixou de se traduzir na língua.

Esse detalhe comprova a existência de uma segunda incongruência quanto à forma em que os gêneros são abordados nas gramáticas; isto é, o fato de que distinções indispensáveis entre flexões de gênero são por vezes ignoradas, assim como alguns processos lexicais ou sintáticos indicadores de sexo. Afirmar que sufixos derivacionais são flexões de gênero é muito comum, dentro das gramáticas tradicionais. E isso mostra que existe muita confusão entre o que é derivação e o que são, realmente, flexões de gênero. Essa interpretação ocorre também quando o sufixo derivacional está restringido a um substantivo de determinado gênero, assim como outro sufixo, presente ou ausente (em forma nominal não-derivada) só é aplicado ao mesmo substantivo em um gênero distinto:

Assim, imperador se caracteriza, não flexionalmente, pelo sufixo derivacional – dor, e imperatriz, analogamente, pelo sufixo derivacional – triz. Da mesma sorte, galinha é um diminutivo de galo, que passa a designar as fêmeas em geral da espécie “galo”, como perdigão é um aumentativo limitado aos machos da perdiz. Dizer que – triz, – inha, ou – ão são aí flexões de gênero é confundir flexão com derivação (CÂMARA JUNIOR, 1970, p. 89).

Os autores das gramáticas tradicionais acham cabível uma distinção de gênero, para substantivos epicenos, sendo ela expressada pelos termos macho e fêmea. Tais autores defendem que o indicador de sexo que estas palavras transmitem é capaz de alterar o gênero do indivíduo/animal em questão de masculino para feminino ou de feminino para masculino. Sendo assim, para essas gramáticas, a palavra tamanduá, por exemplo, deixa de ser do gênero masculino se for colocada num contexto em que apareça como tamanduá fêmea. Da mesma forma, a palavra *girafa* passa do gênero feminino para o masculino se estiver dentro de uma frase que traga a mesma situação (girafa macho).

As gramáticas, portanto, e como bem aponta Câmara Junior (1970), acabam confundindo o gênero com o sexo do indivíduo, por meio das explicações que trazem. De acordo com elas, o gênero possui a função de classificar substantivos em sexo fictício ou real destes seres. Porém, o gênero gramatical, na realidade, não pode ser identificado através do sexo. Gênero e sexo estão em dois polos distintos, sendo o sexo relacionado biologicamente ao indivíduo e o gênero (linguístico) relacionado diretamente a questões puramente gramaticais. Trata-se de rever essas teorias e tentar “corrigi-las” da melhor forma possível, para que não mais existam incoerências com relação a tais conceituações. Nos tempos atuais, é preciso repensar a língua e os sexos por ela representados, não isoladamente, mas em constante diálogo; isto também para que não se confundam mais os termos “sexo” e “gênero”, que representam ideias tão distintas. Devem ser reconsideradas, também, questões relativas ao uso do masculino como gênero de concordância geral, sempre predominante quando comparado ao feminino. Entender por qual razão assumir passivamente sempre a ideia de “neutro” como “masculino” já não condiz com a sociedade atual é o que, por último, pode nos levar a uma ideia de língua mais inclusiva e, por que não, feminista.

2 O SEXO DAS PALAVRAS

Existem variadas contradições quanto à descrição de gênero dos substantivos, principalmente devido à relação entre sexo e gênero gramatical como trazida pelas gramáticas normativas. Agora, é válido apontar também quais problemas isso acarreta para a compreensão da língua como um ente mutável, inessencial, assim como a necessidade de se elaborar alternativas para a reestruturação de conceitos exageradamente normativos – principalmente se pensarmos que nada em nossa língua é tão concreto e estável quanto tendemos a acreditar. É, logo, inadequado que se considere o gênero sob o aspecto natural; sexo e gênero não são, definitivamente, a mesma coisa. A equivalência entre tais aspectos não pode ser colocada como uma regra, já que a maioria dos nomes é assexuada e a eles não podem ser atribuídas relações com sexo masculino e feminino. Todos os substantivos do português pertencem ou ao gênero masculino ou ao feminino, até mesmo os que têm a tarefa de designar coisas como “mesa, vara, caixa” (femininos) ou “piano, carro, caderno” (masculinos).

Por sinal, “vítima” vai ser sempre feminino, independente do contexto, esteja esta palavra adjetivando uma mulher ou um homem. O mesmo ocorre com a palavra “cônjuge”, que é sempre colocada no masculino, e isso independe da situação de fala em que ela aparece. É curioso inclusive notar que a palavra “vítima” é feminina enquanto “suspeito” é masculina – quem sabe não é a língua refletindo o nosso sexismo cultural, em que, em geral as mulheres são de fato as maiores vítimas dos homens. De volta a discussão, os chamados substantivos epicenos aparecem quando tratamos de animais – como a palavra “vespa”, que está sempre no feminino, e “ornitorrinco”, sempre no masculino. O gênero, assim, seria uma distribuição para nomes por classes mórficas, da mesma maneira que as conjugações para os verbos também o são. A única diferença que se pode pensar é a de que a oposição masculino/feminino acaba por distinguir os seres em suas qualidades semânticas, “como para as coisas as distinções como jarro – jarra, barco – barca, etc., e para os animais e as pessoas a distinção do sexo, como em urso – ursa, menino – menina” (CÂMARA JUNIOR, 1970, p. 36). Da mesma forma, as gramáticas não distinguem imprescindivelmente a flexão de gênero e os processos lexicais e sintáticos que indicam sexo neste tratamento do gênero dos substantivos. Voltando à questão dos substantivos epicenos, não parece cabível uma distinção de gênero como expressa pelas palavras macho e fêmea. Ainda que eu esteja a falar de uma cobra macho, por exemplo, a palavra “cobra” permanece sendo do gênero feminino, assim como “jacaré” será sempre masculino, ainda que estejamos agora a falar de uma fêmea do réptil em questão. A flexão de gênero é a mesma, salvo alguns alomorfes: “O acréscimo, para o feminino, do sufixo flexional *-a* (/a/ átono final), com a supressão da vogal temática, quando ela existe, no singular: lobo + a = loba; autor + a = autora” (CÂMARA JUNIOR, 1970, p. 90). Essas alomorfias poderiam ser facilmente resolvidas pelo dicionário, com uma entrada para a forma teórica que expusesse a heteronímia em gênero, ao contrário da noção de um par semanticamente opositivo. Homem e mulher, assim, poderiam ser apenas uma remissão bivalente – uma referencialidade de via dupla, sem que o primeiro fosse a “base” do segundo. Não são, logo, claros os argumentos a favor de uma distinção de gênero, nas gramáticas tradicionais. E essa inconsistência é muito bem lembrada também por Bechara (1999, p. 410):

A inconsistência do gênero gramatical fica patente quando se compara a distribuição de gênero em duas ou mais línguas, e até no âmbito de uma mesma língua histórica na sua diversidade temporal, regional, social e estilística. Assim é que para nós o sol é masculino e para

os alemães é feminino die Sonne, a lua é feminino e para eles masculino der Mond; enquanto o português mulher é feminino, em alemão é neutro das Weib. Sal e leite são masculino em português e femininos em espanhol: la sal e la leche. Sangue é masculino em português e francês e feminino em espanhol: le sang (fr.) e la sangre (esp.) [...]. Mesmo nos seres animados, as formas de masculino ou do feminino podem não determinar a diversidade do sexo, como ocorre com os substantivos chamados epicenos (aplicados a animais irracionais), cuja função semântica é só apontar para a espécie: a cobra, a lebre, a formiga, ou o tatu, o colibri, o jacaré, ou os substantivos aplicados a pessoas, denominados comuns de dois, distinguidos pela concordância: o/a estudante, este/esta consorte, reconhecido/reconhecida mártir, ou ainda os substantivos de um só gênero denominados sobrecomuns, aplicados a pessoas, cuja referência a homem ou a mulher só se depende pela referência anafórica do contexto: o algoz, o carrasco, o cônjuge.

A partir do que nos fala Bechara (1999), destaca-se essa incapacidade de se associar o caráter sexual com a configuração genérica da maioria dos vocábulos da língua portuguesa. Estão, também, bastante presentes as críticas e exposição de argumentos que favorecem a teoria de que inexistem, nos substantivos, as chamadas flexões de gênero. As gramáticas indicam, praticamente, que palavras terminadas em “a” são “femininas”, e em “o” são “masculinas”. Assim seria possível determinar o substantivo como sendo do gênero masculino ou do gênero feminino de acordo com a terminação das palavras, ou o que antecede em “a” ou “o”, que são chamadas desinências. Vemos, portanto, uma forma incorreta de se designar o sexo. Os seres que os substantivos designam podem ser animados ou inanimados. Os animados podem ser tanto do sexo masculino quanto do feminino, e é exatamente o sexo que um ser possui que determina o gênero do substantivo que lhe é denominado. Sabemos, pois, que a palavra “mulher” não é feminino de “homem”; trata-se de um substantivo que designa um ser do sexo feminino e que pertence ao gênero feminino. E o substantivo “homem” é um substantivo que designa um ser do sexo masculino, por acaso pertencente ao gênero masculino.

Já com relação aos substantivos que dão nomes a seres que não possuem sexo, a objetos, eles variam de acordo com a língua e a época na qual se inserem. Um objeto pode ser feminino em um idioma e masculino em outra, obviamente. Notamos, logo, a dificuldade na determinação de gênero feminino ou masculino em palavras que designam seres inanimados – não costuma haver nada de “óbvio” na palavra que nos ajude a fazer tal distinção. Assim, chegamos a seguinte hipótese: pode-se dizer que o tradicionalismo das gramáticas normativas, por não acompanhar todas as transformações pelas quais a língua portuguesa vem passando, acabou deixando de ser pertinente nesse sentido, já que costuma fazer uso de desinências para definir o sexo das palavras. Mas será que é fácil definir esse “sexo das palavras”? Bem sabemos que a gramática faz uso das desinências para pensar se uma palavra é feminina ou masculina, mas a tarefa não tem sido das mais simples. Um exemplo de que a “língua padrão” nem sempre dá conta de nos convencer a pensar em uma palavra como pertencente a este ou aquele gênero é a palavra “grama”, gramaticalmente masculina. “Quando vamos ao supermercado, pedimos: ‘por favor, duzentas gramas de queijo’. O seu pedido foi atendido? E então está errada essa forma de uso da língua?” (ROCHA, 1999, p. 279).

O exemplo nos mostra uma palavra que pertence ao gênero masculino, mas para a qual nós, falantes de nossa viva língua, parecemos preferir utilizar no feminino. A língua é uma convenção, uma série de modelos e padrões que estão lá para nos auxiliar no nosso agenciamento comunicativo, assim como para tornar mais fácil a compreensão dentre os grupos de falantes. Por outro lado, tais modelos

e padrões convencionados estão longe de nos condicionar; por mais que esta ou aquela instituição tente forçar o uso de uma língua prescritiva, ninguém sabe qual caminho ela vai seguir. Isto depende diretamente daqueles que fazem efetivo uso dela. Assim, é vendo como ela se comporta em seu uso diário que podemos “dessexualizar” a língua, afinal “o gênero gramatical não se identifica com sexo, ou seja, que gênero e sexo são diferentes, enfim, podemos concluir que sexo é da ordem da biologia e gênero da ordem da gramática” (ROCHA, 1999, p. 280). Fica claro, portanto, que de fato existe na nossa visão pré-concebida e estruturalista da língua uma confusão perene entre gênero e sexo. O sexo é uma distinção semântica, biológica. O gênero é uma distinção gramatical, linguística, e, dessa forma, relativamente arbitrária. Em ambos os casos, os sentidos não podem ser pré-concebidos – é necessário entender o padrão para perceber o quanto é considerável aquilo que dele tem escapado.

3 O PODER REARTICULADO

Socialmente, as relações que existem entre os gêneros são, acima de tudo, assimétricas naquilo que diz respeito ao poder e à desigualdade. Cada discurso acaba assumindo, um inconsciente papel de articular e rearticular essas relações. Foucault (1979) já há muito nos avisava que as diferenças com relação aos gêneros feminino e masculino não passam de um meio primário de se dar uma significação às relações de poder previamente assignadas. A distinção homem/mulher talvez seja uma das mais primárias – um dualismo que evidencia essa hierarquia. Dois representantes da mesma espécie, cujo envolvimento consiste no primeiro passo para sua reprodução, pensados como opostos, hierarquicamente distintos. Qualquer um que pare para pensar nisso, e em como isso se reflete na língua, é capaz de perceber a contradição. As relações ligadas ao poder, em nossa sociedade em que a força ainda se superpõe e domina, seriam, dessa forma, reproduções das relações de dominação do homem sobre a mulher. Isso, ainda que a suposta diferença entre o sexo feminino e masculino, para além de sua composição anatômica, não deixe de ser uma construção social, o produto de um discurso naturalizado – e disso já não se tem nenhuma dúvida.

As estruturas sociais, podemos ver, acabam por moldar o homem e a mulher antes mesmo de nascerem – assim como o fazem com a língua, sexista em sua estrutura, já que também é sexista a sociedade na qual vivemos. Com rápidas mudanças que acabaram por contrariar visões tradicionais a respeito dos sexos, a imagem do homem e da mulher, sobre si próprio e sobre o outro, felizmente passou também a sofrer palpáveis modificações, como alegado a priori. Com o aparecimento de novas perspectivas e contribuições acadêmicas como estudos feministas, pós-coloniais, *queer* etc., podemos almejar um futuro utópico em que teremos superado nossas limitações epistemológicas no que tange a essas problemáticas hierarquias que insistimos em manter operantes. Sublimar a manutenção de uma dominação masculina já não parece ser uma alternativa academicamente viável – estamos sendo convidados a repensar nosso fazer e, assim, também o fazer da língua (e o fazer dela sob nós). Como representações de caráter social, o gênero passa a denotar de modo claro uma existência abstraída da realidade de nossa sociedade – recuperar essa relação é o primeiro passo para que entendamos a tradição onde ela se insere. Portanto, é importante compreender as consequências das “formas” que continuam moldando essas imagens cristalizadas do masculino e do feminino; só assim podemos repensar uma língua que faça jus a esse processo.

Desde a origem de novas perspectivas ontológicas da identidade, evidentemente contrárias a teoria de dominação masculina, alternativas vêm sendo buscadas e propostas trazidas para a discussão – as quais visam ultrapassar ideias ultrapassadas acerca daquilo que nos faz homens e mulheres. Deve-se assumir que, como alega Maccoby (1990, p. 517), “o gênero não é estável unitário ou universal, mas antes fluido, múltiplo, definido por situações particulares”. Ao invés de prescritivo, pré-estabelecido e programado, nosso gênero deve ser visto mais como um resultado particular, mas também cultural, produzido por um complexo processo social e interpessoal, representacional, discursivo e institucional. Isto porque há muitos modos, por vezes pouco claros, de o gênero ser implicado no comportamento social. Trata-se mesmo, então, de uma discussão que pressupõe o tema “poder social”. As diferenças biológicas não são negadas, mas negam-se, todavia, que elas tenham significado certo e imutável. As diferenças geográficas, sociais, históricas e principalmente culturais não podem ser desconsideradas – afinal sempre estiveram ali.

Há muitos anos as mulheres eram colocadas em níveis praticamente insignificantes, quando comparadas aos homens e aos papéis que ambos vinham exercendo na sociedade. Enquanto para eles eram dados papéis proeminentes dentro do meio público, o espaço delas se limitava ao meio privado – segundo plano da vida histórica e total apagamento do sujeito “mulher” enquanto ser social, participante da vida coletiva. De forma geral, se hoje o sexo masculino ainda exerce domínio sobre o feminino, que “se deixa” influenciar e submeter por ele, a língua, como visto, pode servir de evidência – mais ainda, como ferramenta para este fim. As dificuldades encontradas pelas mulheres, seja para crescer particular, social ou profissionalmente, ainda são mais desafiadoras que as dificuldades encontradas pelos homens (mesmo porque se antigamente éramos mais machistas, racistas, homofóbicos e etc., seguimos sendo isso tudo – ainda que em menor grau, se é que podemos mesmo dizer isso). Além de todos os obstáculos que um homem teria que superar, as mulheres ainda sofrem essa avaliação prévia possivelmente desfavorável, por seu sexo não ser visto, em sociedade, como possuidor de características que um líder necessita.

A ideia de líder, afinal, muito se assemelha a ideia de padrão: aquilo que o resto segue, a ponta do “V voador”. É por isso que a relação direta entre o masculino como padrão “neutro” na língua e o masculino como líder nato na sociedade não estão ali por um mero acaso do destino: muito pelo contrário, um mundo machista por excelência produz e reproduz uma língua machista por excelência a qual, por sua vez, assume a responsabilidade de ajudar a garantir a sua manutenção. Nascemos, nós, seres-humanos, com um sexo definido (salvo exceções); e, até bem pouco tempo, esse simples detalhe anatômico bastava para designarmos, uns aos outros, o mesmo número de identidades de gênero: apenas duas, objetivas e intransponíveis. Construídas como opostos, essas identidades logo se provaram impróprias e insuficientes, carentes de sentido em sua concepção, equivocadas em sua elaboração e incapazes de dar conta de tantas possibilidades de gênero que podem existir – e que, de fato, existem. Por isso, “não há garantias de que o que hoje é masculino ou feminino sirva para diferenciar os sexos daqui a séculos” (PIRES, 1999, p. 7). Dessa forma, as mudanças sociais que inevitavelmente tem ocorrido, e que aos poucos tem transformado as sociedades, as línguas e os papéis dos seus agentes falantes, ao trazer a discussão de gênero, nos permite retrazar as linhas tênues que antes separavam o masculino do feminino. Talvez, portanto, seja hora de repensar alguns dos preconceitos que resistem em nosso idioma; e talvez, para além das “flexões de gênero”, a questão do plural que coletiviza homens e mulheres seja um de nossos mais consideráveis sexismos linguísticos:

Em português, os nomes podem pertencer ao gênero *feminino* e ao *masculino*. Uma palavra do gênero feminino designa especificamente ser vivo do sexo feminino ou coisa que passa idéia feminina, por razões etimológicas ou psicológicas. Já o gênero masculino, além de designar seres do sexo masculino ou coisas que passam idéia masculina, abrange também palavras de significado mais geral - por exemplo, *o homem*, referindo-se ao gênero humano - ou vocábulos no plural que compreendem seres ou coisas considerados masculinos e femininos. Assim, se dizemos *o menino chegou* ou *a menina chegou*, sabemos que a referência é a um garoto ou a uma garota. Entretanto, se dizemos *os meninos chegaram*, não sabemos se são todos do sexo masculino ou se há garotos e garotas no grupo. É por isso que dizemos que o masculino é gênero geral, “não-marcado” e o feminino é “marcado”, pois este designa especificamente seres femininos. Dessa maneira, o feminino é considerado variação morfológica do masculino, tomado como base. Outras línguas, como o grego e o latim, possuem o gênero neutro (HERNADEZ, 2006, p. 72).

Na época em que língua portuguesa começa a ser constituída, a cultura, as crenças e os hábitos dos falantes eram muito diferentes do que são hoje. Isso, inevitavelmente, acabou aparecendo dentro do idioma – como evidenciado no exemplo de Hernandez (2006). Apesar das transformações pelas quais a sociedade vem passando, a língua continuou trazendo consigo as características sexistas que possuía quando foi formulada. Até onde isso atrapalha no desenvolvimento de uma sociedade justa para ambos os sexos nunca seremos capazes de dizer. Porém, refletindo as divisões descabidas de uma sociedade desigual, a língua promove, sim, uma manutenção do chauvinismo masculino. O fato é que uma linguagem sexista nos faz, ainda que inconscientemente, endossar posicionamentos com os quais muitas vezes discordamos. É muito difícil falar sobre propostas para um mundo onde exista igualdade se a própria linguagem utilizada para transmitir essa ideia traz as cicatrizes dessa desigualdade em seu imo. Nossa linguagem, sexista em sua concepção, comporta estruturas discriminatórias e estereotipadas com relação ao gênero. Indiretamente, essa linguagem reproduz artificialmente a noção de condicionalismos biológicos supostamente intrínsecos aos seres humanos – como, por exemplo, o fato de que um coletivo de seres humanos é definido mais pelos seus homens do que por suas mulheres. Claro que não há a necessidade de problematizar tudo; o fato de que “chapéu”, “celular” e “carimbo” são palavras que estão no masculino não é preocupante, afinal, por trás desses vocábulos não há, aparentemente, nenhum tipo de sexismo.

Esse sexismo se efetiva mais comumente na classe gramatical dos substantivos e em artigos, adjetivos ou pronomes com os quais fazem concordância. Em frases, sentenças e expressões carregadas de estereótipos ou ideais desiguais, falsidades científicas, com relação às colocações de mulheres e homens, pululam dentro de sua própria língua. Com relação ao gênero dos substantivos, podem ser consideradas três possibilidades de realização. 1) Substantivos que a gramática ou os próprios faltantes do idioma já têm sagradas à forma masculina e feminina, que podem provir ou do mesmo radical ou de radicais distintos. Exemplo: professor/professora, filho/filha, herói/heroína, campeão/campeã ou homem/mulher, macho/ fêmea, padrasto/madrasta, genro/nora. 2) Substantivos comuns aos dois gêneros que apresentam a mesma forma tanto para feminino quanto para masculino, tendo apenas o artigo podendo ser alterado: o artista/a artista, o jovem/a jovem, o tripulante/a tripulante, o astronauta/a astronauta, o pianista/a pianista. 3) E por último o substantivo que só possui um gênero seja para representar um contexto que comporta um indivíduo de sexo feminino como também de sexo masculino, por exemplo, a testemunha, a pessoa, a vítima, a criança, o sujeito, o ser vivo, o indivíduo.

Apesar da existência das duas formas (feminino e masculino), o masculino em geral consegue representar coletivamente ambos os gêneros. Ele é capaz de simbolizar os dois sexos em situação de

comunicação, tendo em vista um conjunto de vocábulos primariamente do gênero masculino. Por exemplo: “O homem vai acabar destruindo o planeta” ou “Todos os alunos morreram no incêndio” ou “A participação dos pais é essencial” (ainda que seja quase sempre a “mãe” quem mais assume esse papel central) ou então “Os médicos já não ganham tão bem”. E mesmo sendo possível diferenciar a forma masculina da feminina, com o uso de um artigo, o masculino ainda continua sendo capaz de representar ambos os gêneros. Como no exemplo: “Os tripulantes nadaram até a praia” ou “os astronautas sabem o quanto são importantes” ou então “eu acho o trabalho dos pianistas fantástico”. Os próprios dicionários definem homem não apenas como um representante adulto do *homo sapiens* macho como também, e muitas vezes na primeira entrada, como o *homo sapiens per se*. A palavra “mulher”, por outro lado, nunca seria tão semanticamente inclusiva (ou talvez “exclusiva” fosse um adjetivo mais coerente para esse caso). Os dicionários são, realmente, artefatos curiosos para pensarmos nossa definição, e, quem sabe, para que um dia nos redefinamos:

Nos dicionários, a palavra “homem” no sentido de ser humano do sexo masculino, costuma ser conotado com traços humanos fortemente valorizados – coragem, determinação, vigor sexual, força física e moral, etc. Ao contrário, o termo “mulher” relaciona-se, sobretudo com o sexo, beleza física e traços humanos pouco valorizados – fraqueza, leviandade, etc. Neste sentido, a língua encobre o fato de que a mulher foi socialmente submetida pelo homem devido a sua capacidade produtiva e reprodutiva, e não a uma pretensa inferioridade natural. A luta social na linguagem dá-se sobretudo em nível de conteúdo das palavras e dos discursos. A proposta de uma linguagem neutra, própria a toda humanidade, viabiliza a imposição permanente de conteúdos das classes dominantes aos segmentos dominados, por sobre seus interesses. Como ocorre com outros fenômenos sociais e ideológicos, podemos e devemos intervir para suprimir e corrigir as desigualdades linguísticas (GUISONI, 2007, p. 55).

Esta desigualdade social presente na língua que Guisoni (2007) muito bem discute ao demonstrar que a sua suposta “neutralidade” não passa de um machismo a ela intrínseco consiste na razão principal de buscarmos outras alternativas. É por isso que intervir é fundamental – corrigir as desigualdades linguísticas deve ocorrer em paralelo com a correção de nossas desigualdades sociais. Se quisermos continuar a pensar linguisticamente, é curioso também refletir acerca dos insultos que costumamos utilizar para demonstrar nosso desagrado seja com homens ou com mulheres. Quando dirigidos às mulheres eles costumam estar associados ao corpo das mesmas, sua sexualidade e dignidade. Quando dirigidos aos homens, por sua vez, eles muitas vezes também estão relacionados ao sexo feminino. Os homens podem ser insultados através de uma mulher (com expressões de desrespeito relativas à esposa, mãe etc.), ou por suas ações representarem características que os assemelhem a elas, como se isso fosse sinônimo de covardia, de vergonha ou até de homossexualidade (e daí?). Ou seja, para xingar uma mulher, em muitas ocasiões enfatizamos a sua feminilidade, como se isso fosse um defeito; ao criticar um homem fazemos o mesmo, aproximando-os das mulheres. Nesse espectro, o que fica evidente é que a masculinização é vantajosa linguisticamente, enquanto a feminilização seria uma vergonha incomparável.

Da mesma forma, a língua portuguesa, ainda hoje, coloca o homem, o masculino, como sendo medida do humano, da norma, referência. Perdura o complexo da costela de Adão, as formas femininas continuam sendo caracterizadas como se surgissem do masculino. O sexo feminino é praticamente apagado da referência universal que o masculino comporta; é o masculino quem dita as regras relativas à concordância. Em termos subjetivos, eles ainda são tidos, socialmente, como as criaturas

lógicas, racionais, enquanto as mulheres são colocadas como criaturas emotivas, manipuláveis, quase desprezíveis. Ou seja, nós, falantes da língua portuguesa, estamos sempre encontrando no idioma usos que marginalizam, depreciam e subestimam o outro não-hegemônico; a língua é preconceituosa com mulheres assim como com judeus, negros, pobres, idosos, deficientes, gays etc. As mulheres, as quais já consistem na maior parte da população brasileira, continuam tendo que enfrentar a injusta exclusão que nosso idioma ajuda a propagar, em pleno século XXI.

Dessa forma, eu volto à questão do plural, pois já vimos como o feminino, em português, tem exclusivamente a função de específico, referindo-se apenas a entidades femininas, às mulheres. Assim, independente daquilo que, em números, constitui o conjunto de sujeitos, a mera existência de uma entidade masculina nele define o plural “neutro” masculino. Isto porque “o masculino tem uma função de específico e de genérico, isto é, refere-se quer apenas a entidades masculinas, no caso a homens, quer ao conjunto de entidades masculinas e femininas, no caso, ao conjunto de homens e de mulheres” (GROSSI, 1998, p. 9). Talvez ainda não percebamos o quão absurdo é o fato de que, em uma sala onde existem 100 pessoas, sendo 99 delas mulheres enquanto apenas uma é homem, o correto é chamá-las de “convidados” ao invés de “convidadas”. Neutra? Não, essa é uma estratégia sexista, que muito precisa se transformar para que vire efetivamente um canal democrático de comunicação. Muito precisa acontecer para que falemos uma linguagem que não privilegie sexo nenhum e que traduza igualdade.

Obviamente, como vemos, o idioma que falamos transmite o desenvolvimento que alcançamos até dado momento, e, assim, ele deve ser um reflexo do que seus falantes sentem, fazem e acreditam. A percepção da realidade é diretamente afetada pela realidade, mesmo que de forma inconsciente. Não é cabível para uma sociedade que já percebeu (espero) o equívoco que comete ao conceituar um indivíduo tendo em vista sua condição sexual como determinante de seu caráter, habilidades e de sua “essência”. Os esforços agora devem ser para que comportamentos que expressem desigualdade, desrespeito, discriminação, sejam de uma vez abolidos da sociedade, e, apesar de não ser o único elemento relevante, a língua é essencial para que isso aconteça. Para falar de liberdade, é preciso uma língua livre. Ao se omitir o sexo feminino privilegiando o masculino, omite-se também sua existência e se reduz sua importância. A linguagem dignifica, a linguagem é uma propriedade capaz de corrigir desigualdades, não devemos duvidar de seu poder. O que poderia ser feito, os cuidados que poderiam ser tomados para que isso acontecesse, não são tão complicados quanto acreditamos.

Trata-se apenas de uma questão de readaptação, de colocar em giro novos usos da língua, mais democráticos e menos chauvinistas. Da mesma forma que a sociedade está sempre se adaptando a viver em condições distintas, a cada dia que passa também pode aprender a se comunicar de uma maneira distinta, que expresse a igualdade que os falantes esperam que um dia venha a existir por completo entre eles. Tratam-se essas de pequenas mudanças – um mínimo de cuidado para que um dia nos acostumemos a estabelecer comunicações similares às expressões que exemplifico: “Esses são meus pais” poderia se tornar “Esses são meu pai e minha mãe”, ou efetivamente apenas “minhas mães” ou “meus pais” se estivermos falando de um possível casal gay. Da mesma forma “o cachorro é o melhor amigo do homem” poderia se transformar em “O cachorro é o nosso melhor amigo”. Igualmente, “a força do trabalhador” poderia ser repensada como “a força da classe trabalhadora” etc. Estes são apenas exemplos, pequenos e pouco significativos, mas as mudanças, não só com relação a

isso como também com relação a muitos outros aspectos da língua portuguesa, significariam muito. Mexer nesses sentidos-comuns costuma ser bastante trabalhoso, ainda que para desaparecer com acentos, tremas e hifens não tenhamos nos preocupado tanto. Isso porque o sexismo linguístico não se manifesta só na língua portuguesa, mas também em diversos outros idiomas.

No caso da língua inglesa, as desigualdades com relação a isso são muito similares, e propostas semelhantes às que foram colocadas já vem sendo aplicadas tanto na oralidade quanto na escrita de seus falantes. Por exemplo: *businessman* hoje se diz *businessperson*, assim como *fireman* é agora *fireperson* etc. Para todos os idiomas, é bem verdade, o argumento de que uma nova abordagem, com relação a essa forma de se colocar o sexo feminino e o sexo masculino dentro da língua, não é capaz de resolver o real problema do caráter humano. Mudar alguns detalhes do idioma não vai ser capaz por si só de mudar um preconceito que muitas vezes persiste na mente do falante; não basta dizer as coisas de maneiras distintas, mas sim o que realmente se pensa a respeito delas – e para isso, a mudança precisa ser acompanhada, também, por uma reeducação, por um processo crítico aprofundado e desconstruído. Apesar disso, é também bastante óbvio que o idioma é capaz sim de criar estereótipos, de cultivar mentalidades de inferioridade. Não é muito trabalhoso colocar em prática tentativas de auxiliar o banimento total da desigualdade sexual e social, e é isso que está sendo proposto. São pequenas coisas, detalhes que, a longo prazo, podem contribuir para a materialização de ideais que já devem estar presentes na mente de muitos que se comunicam em nosso idioma. Pouco custa tentar.

CONCLUSÃO: UM PRIMEIRO PASSO

Categorias dominantes dominam tudo que se cria, dominam as instituições, os epistemes e as ferramentas que utilizamos para tentar rearticulá-los. Foi assim que a mulher foi privada de autonomia, e construída como um mero reflexo deformado do homem. A língua, assim, foi o espelho convexo desse reflexo – montada como canal para transmitir a maneira como se enxergavam homens e mulheres em relação ao seu envolvimento com o meio. O macho é forte, grande, a superioridade sempre foi dele. A fraqueza, a pequenez, inferioridade, essas eram questões muito mais relativas à fêmea. Na maioria das vezes, os animais de grande porte ou que ocupam os lugares mais altos da cadeia elementar, eram do gênero masculino. Enquanto os de tamanho e importância insignificante eram femininos. A lagartixa é a versão pequenina do crocodilo ou do jacaré, assim como o urubu, por outro lado, rouba a comida que as gaivotas conseguem recolher, ainda que geralmente maiores em número. Mas há uma reconstrução da sexualidade que resiste à hierarquia social, há o biológico, que não pode ser determinado pela sociedade. Na sociedade contemporânea as mulheres passaram a poder se expressar, a expor seus pensamentos e isso mostrou o quanto os homens podem, também, ser inferiores – isso se ambos partirem do mesmo referencial. Limitações todos temos, mas também temos todos a capacidade de superar essas limitações, homens ou mulheres, negros ou brancos, ricos ou pobres – o que os torna a todos esses socialmente diferentes são as condições dadas a eles, e não sua constituição biológica.

Talvez, ao invés de pensarmos em gênero masculino e feminino, o que poderíamos fazer é conceber a possibilidade de um gênero não-marcado e um gênero marcado. Para tal, entretanto, é necessário parar de confundir sexo com gênero, como ainda tendemos a fazer. O gênero traduz o modo

como as sociedades olham as pessoas do sexo masculino e as pessoas do sexo feminino. Já o sexo, por sua vez, é dado pelas características biológicas: nasce-se macho ou fêmea da espécie humana, e isso nos torna homens e mulheres (quando não hermafroditas). O gênero, assim, seria uma consequência do sexo nesta ou naquela organização social. “A problemática do gênero surge dentro desses movimentos pois percebe-se que, no padrão geral das sociedades e dos países, o conjunto das mulheres tem, face ao conjunto dos homens: menos autonomia” (GROSSI, 1998, p. 11). Essa autonomia pode ser econômica, social, ideológica e até mesmo linguística, como podemos ver. Os processos de decisão que tanto moldam nossas sociedades e nossas vidas, moldam também nossa linguagem em nossas ofensas, nossos elogios, nossos usos de plural e de singular e até mesmo em nossas interjeições. Sobre as diferenças de caráter biológico e social foram construídas desigualdades sociais que acabaram atribuindo papéis estereotipados para o masculino e feminino, em que sempre houve um desequilíbrio, e é contra ele que tentei aqui me colocar. O papel do homem, como já discutido, continua sendo mais valorizado, apesar de tudo. De acordo com Grossi (1990, p. 28):

Sobre essas diferenças biológicas e sociais, vão sendo criadas desigualdades sociais que atribuem papéis estereotipados para o masculino e o feminino, nos quais há sempre um desequilíbrio – o papel do homem é sempre mais valorizado que o papel da mulher [...]. O sexo não pode ser visto como uma realidade natural primeira, sob a qual a cultura age constituindo o que hoje entendemos por gênero [...]. O sexo não é exterior à cultura e a história, pois a maneira de olharmos para as diferenças anatômicas, os sistemas de classificações que adotamos, desde já são construções culturais que variam dependendo do contexto histórico.

É importante, por fim, que estejamos sempre com a mente aberta para mudanças e inovações com relação a noções tradicionais, como também, através de nosso autoquestionamento, tentemos também repensar nosso aparato linguístico. Os fundamentos sexistas de nossa estrutura social, se outros, poderiam contribuir muito para um melhor esclarecimento e uma melhor forma de transmissão de ideias a respeito do sexo e do gênero. Isso beneficiaria tanto as mulheres quanto os homens que, futuramente, teriam amarras menos apertadas restringindo suas orientações e experiências profissionais, ideológicas e sexuais. Fica bastante claro o fato de que a língua, não só a portuguesa como também qualquer outra, vai sempre evoluir mais lentamente que o mundo social dos falantes – afinal, quando nascemos, ela já está lá a nos esperar, caminhando sempre em passos menos apressados. Assim como o meio social é capaz de exercer influência sobre o idioma, confirmo minha hipótese de que o idioma também pode exercer influências sobre o meio. Não busco aqui desmerecer e taxar como incorretas as orientações que nossas gramáticas tradicionais trazem, apenas por fazê-lo; se existe algum apontamento crítico, ele aponta na direção de nos ajudar a ver além daquilo que estamos acostumados. A proposta, aqui, foi de promover uma procura por rumos que nos tragam conhecimentos mais amplos. Isso porque, acredito, não há motivo para buscarmos na língua e na vida evidências concretas de que existe, sim, uma definição clara e unilateral tanto para o sexo quanto para o gênero (linguístico ou não). Por mais estruturalistas que sejam, nem nossas gramáticas tradicionais foram capazes de fazê-lo.

Towards a feminist language: A brief reflection upon linguistic sexism

ABSTRACT

I propose here to establish a discussion on linguistic sexism through a debate on some examples found in the Portuguese language. Therefrom, I try to elaborate a brief reflection on the problematic delimitation of descriptive barriers between the distinct words sex and gender within language. My objective, then, is to assess how sexist prejudice is presented in what concerns this linguistic context and how it may be avoided. As a result, tackling with this relation between the language we speak and the sexism we practice I reaffirm the importance of putting such issue in the spotlight.

Keywords: Linguistic sexism. Portuguese language. Feminism.

REFERÊNCIAS

- ALVES, H. **A expressão do gênero nos substantivos**. Revista de Filologia, v. 17, n. 20, 2011. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiifelin/04.htm>>. Acesso em: colocar data de acesso.
- BEAUVOIR, S. **Todos os homens são mortais (1946)**. São Paulo: Nova Fronteira, 1983.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. (1999). 37a. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- CÂMARA JR., J. M. **Dicionário de Filologia e Gramática**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- CÂMARA JR., J. M. **Princípios de Linguística Geral**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1941.
- CÂMARA JR., J.M. **História e estrutura da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- CARVALHO, M. G; FEITOSA, S.; SILVA, V. C. **Relações de Gênero entre alunos e alunas em uma Instituição de Educação Tecnológica Brasileira**. Revista Tecnologia e Sociedade, v. 6, n. 3, 2006.
- CINTRA, G. A flexão nominal em Mattoso Câmara: USP, *Revista Delta*, v. 1, n. 15, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502004000300008>>. Acesso em: colocar data de acesso.
- CUNHA, A. **A flexão de gênero dos substantivos: Filologia**, Revista Só Letras, v. 2, n. 15, 2008. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/soletras/15/a_flexao_de_genero_dos_substantivos>. Acesso em: colocar data de acesso.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GUISONI, R. **Gênero, Patriarcado e Violência**. Portal Vermelho, v. 7, n. 30, 2007. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/14858-1>>. Acesso em: colocar data de acesso.
- GROSSI, M. **Gênero, Violência e Sofrimento**. Cadernos Primeira Mão. Florianópolis, PPGAS/UFSC, v. 1, n. 6, 1998.
- HERNANDEZ, P. Os gêneros em Português. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 21, n. 3, 2006. Disponível em: <<http://www.paulohernandes.pro.br/dicas/001/dica023.html>>. Acesso em: colocar data de acesso.
- MACCOBY, E.E. (1990). **Gender and Relationships**. A Developmental Account American Psychologist, v. 45, n. 4, 513520.
- MOREIRA, C. **Marcas de gênero nos adjetivos**. Revista de Filologia, v. 16, n. 19, 2010. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiifelin/09.htm>>. Acesso em: colocar data de acesso.

PACHECO, C. **Diferença entre flexão e derivação**. Revista de Filologia, v. 16, n. 18, 2010. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiifelin/18.htm>>. Acesso em: colocar data de acesso.

PIRES, A. P. (1999). **Paradigmas de Investigação, Teoria Crítica e Psicologia Feminista, Ou, Os homens são de Marte, as mulheres de Vênus**. Comunicação apresentada no *Colóquio de Psicologia Clínica sobre “Gênero e Psicologia”*, 9, Março, 1999. I.S.P.A., Lisboa.

ROCHA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 15. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1972.

SCHUTZ, R. **Considerações a respeito de gramática**. São Paulo, Petraknew, 2014.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

BIOGRAFIA

Davi Silva Gonçalves

Possui Licenciatura em Letras Inglês e Literaturas Correspondentes pela Universidade Estadual de Maringá (2010); Bacharelado em Tradução em Língua Inglesa pela mesma instituição (2011); Mestrado (com bolsa CAPES) em Estudos Linguísticos e Literários em Língua Inglesa pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGI/2014); e Doutorado (também com bolsa CAPES) na área de Teoria, Crítica e História da Tradução na mesma instituição (PGET/2017).